

Publicado em 12/03/2026 - 18:25

## **Carla Morando solicita nova unidade de DDM para São Caetano e reforça pedido para Santo André**

*Carla Morando propõe tornozeleira eletrônica obrigatória para agressores com medida protetiva em SP*

Por janete ogawa



*Fot: Divulgação*

A deputada estadual Carla Morando solicitou ao secretário de Segurança Pública de São Paulo, Dr. Nico Gonçalves, a implantação de uma Delegacia de Defesa da Mulher funcionando 24 horas em São Caetano do Sul.

Segundo a deputada, ampliar o funcionamento das Delegacias de Defesa da Mulher é uma medida essencial para fortalecer a rede de proteção às vítimas de

violência.

O pedido foi apresentado durante reunião realizada na Secretaria de Segurança Pública e contou com a presença do vereador César Oliva, líder de governo do prefeito Tite Campanella no município.

Durante o encontro, a deputada destacou que a DDM 24 horas de São Bernardo do Campo já está confirmada, fruto de articulações e pedidos realizados anteriormente. Na ocasião, Carla Morando também reafirmou o pedido para que a Delegacia de Defesa da Mulher de Santo André e São Caetano passe a funcionar 24 horas, ampliando a rede de atendimento às mulheres em toda a região do ABC.

Aproveitando a reunião, a deputada também discutiu com o secretário seu Projeto de Lei nº 127/2026, que propõe tornar obrigatório o uso de tornozeleira eletrônica por agressores quando houver medida protetiva, permitindo o monitoramento do agressor e a criação de uma zona de segurança para a vítima.

“Estamos trabalhando para ampliar a rede de proteção às mulheres em toda a região do ABC. A DDM 24 horas garante acolhimento e atendimento especializado, e a tecnologia também pode ser uma aliada importante na prevenção da violência”, afirmou a deputada.

Durante a reunião, o secretário Dr. Nico destacou que a ampliação das Delegacias de Defesa da Mulher é tratada como prioridade pelo governo estadual. Segundo ele, o governador Tarcísio de Freitas tem dado atenção especial às políticas de proteção às mulheres.

“Ninguém tem feito tanto pelas mulheres quanto o Governo do Estado de São Paulo”, afirmou o secretário.

Carla Morando propõe tornozeleira eletrônica obrigatória para agressores com medida protetiva em SP

A deputada estadual Carla Morando apresentou na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo o Projeto de Lei nº 127/2026, que determina o uso obrigatório de tornozeleira eletrônica por agressores sempre que a Justiça decretar medida protetiva com base na Lei Maria da Penha.

A proposta surge em meio ao aumento dos casos de violência contra a mulher no país e tem como objetivo garantir que as medidas protetivas sejam efetivamente cumpridas.

Atualmente, a legislação permite o uso da tornozeleira eletrônica, mas a decisão depende da avaliação do juiz e normalmente ocorre apenas em casos de reincidência. O projeto apresentado por Carla Morando busca tornar o monitoramento automático nesses casos.

Pelo texto do projeto, o agressor deverá utilizar tornozeleira eletrônica sempre que houver a determinação judicial de afastamento da vítima. O sistema permitirá o monitoramento em tempo real e a criação de uma zona de exclusão.

Caso o agressor tente se aproximar da vítima, alertas automáticos serão enviados às forças de segurança e também à própria mulher protegida pela medida judicial.

Segundo a deputada, a iniciativa surgiu a partir de conversas com profissionais da segurança pública que relataram a eficácia do monitoramento eletrônico na prevenção de novas agressões.

“Em conversas com policiais do COPOM, recebemos uma informação muito importante: quando o agressor passa a usar tornozeleira eletrônica, os casos de descumprimento das medidas protetivas e de novas agressões diminuem drasticamente, chegando perto de zero. Estamos falando de uma tecnologia que pode salvar vidas”, afirmou.

Para Carla Morando, o principal objetivo do projeto é transformar a proteção às mulheres em algo concreto.

“Hoje, muitas mulheres têm a medida protetiva no papel, mas continuam vivendo com medo. O que estamos propondo é garantir fiscalização real. A tecnologia precisa estar a serviço da proteção da vida”, declarou.

O projeto também estabelece que, caso fique comprovado que uma denúncia foi feita de forma deliberadamente falsa, poderão ser aplicadas medidas civis cabíveis, incluindo a responsabilização pelos custos do processo, garantindo maior segurança jurídica.

“O foco do projeto é proteger quem realmente precisa e garantir que o sistema funcione com responsabilidade”, completou a deputada.

O Projeto de Lei nº 127/2026 segue em tramitação na Assembleia Legislativa de São Paulo.

<https://www.radioabc.com.br/carla-morando-solicita-nova-unidade-de-ddm-para-sao-caetano-e-reforca-pedido-para-santo-andre/>

**Veículo:** Online -> Site -> Site Rádio ABC AM 1570 - Santo André

**Seção:** São Caetano